

Dinâmica da Pobreza Rural no Centro e
Norte de Moçambique, 1996-2002

Teles Huo

Conference Paper nº 16

DINÂMICA DA POBREZA RURAL NO CENTRO E NORTE DE MOÇAMBIQUE, 1996 - 2002

Por:
Teles Huo¹

Resumo

Este artigo analisa a pobreza a partir da estrutura e do padrão de mudanças na renda rural, no Centro e Norte do país entre 1996-2002. A análise permitiu identificar mudanças no peso relativo de cada fonte de renda na renda total, por outro lado, mostrou que o nível de renda aumentou em todas as categorias de pobreza mas de forma mais significativa para os menos pobres. Considerando a perspectiva monetária da pobreza, o comportamento da estrutura da renda sugere que ao longo do período em estudo houve melhorias da situação de pobreza rural no Centro e Norte do país. Contudo, os dados mostram que a pobreza absoluta reduziu mas aumentou a pobreza relativa.

Palavras-chave: Pobreza, renda, fontes de rendimento.

¹ Mestre em População e Desenvolvimento, docente do Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Sociais e Investigador Associado do Centro de Estudos Africanos.
Contacto: 82. 3998454, teleshu@yahoo.com.br

Índice

1. Introdução	- 2 -
2. Pressupostos teóricos da pobreza.....	- 2 -
3. Posse de recursos	- 6 -
4. Estrutura da renda	- 7 -
5. Dinâmica da renda	- 9 -
6. Situação da pobreza	- 13 -
7. Considerações finais	- 14 -
8. Bibliografia	- 15 -

1. Introdução

Dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística indicam melhorias da situação de pobreza no país. De acordo com estes dados, a percentagem de pobres passou de 69% em 1996/97, para 54% em 2002/03¹. Contudo, o debate sobre pobreza no país levanta um certo cepticismo quanto a sua real situação.

Este artigo analisa a dinâmica da pobreza rural no Centro e Norte do país, a partir da análise da estrutura e do padrão de mudanças na renda rural. O objectivo é contribuir para um melhor entendimento da pobreza rural em Moçambique. Neste sentido, o trabalho analisa a estrutura e o padrão de mudanças na renda rural e inferi sobre a dinâmica local da pobreza rural.

Mudanças nas fontes de renda e no seu peso relativo na renda total, indicam a dinâmica da renda, cujo padrão têm efeitos nos níveis de pobreza bem como na sustentabilidade das mudanças que ocorram.

A análise da estrutura da renda tem como enfoque as fontes de renda. Os dados utilizados são do “Trabalho de Inquérito Agrícola” (TIA) do Ministério da Agricultura, de 1996, 1998 e de 2002, e o tratamento dos dados foi feito com recurso ao SPSS.

A estrutura e dinâmica da renda são analisados a partir de uma categorização dos níveis de pobreza em três níveis, na base de *tercis* de renda líquida *per capita*: (a) mais pobres, (b) pobres e (c) menos pobres, tendo como ponto de partida a família típica (média) da região em estudo.

Com esta análise, para além do padrão geral das mudanças na estrutura da renda, determina-se as mudanças em todas as categorias de pobreza.

2. Pressupostos teóricos da pobreza

O entendimento do que é pobreza, bem como a forma da sua medição e avaliação são aspectos que dividem os estudiosos.

Tradicionalmente, a pobreza era assumida como algo natural e inevitável. Até ao século XIX, a discussão era se a pobreza devia ser considerada uma questão moral,

resultante da falta de ética, trabalho e sentido de responsabilidade dos pobres ou o efeito inevitável do desenvolvimento da economia industrial e de mercado². Esta discussão levou à construção de duas teorias sobre pobreza: A teoria cultural ou culturalista, que analisa como resultado da atitude dos próprios pobres, responsabilizando-os pela sua própria pobreza, por aquilo que considera valores “desviantes” que passam de geração em geração, gerando a própria pobreza e a teoria estrutural ou estruturalista que procura analisar a pobreza no contexto dos seus determinantes sociais, como produto de situações estruturais que podem ser de natureza económica, política ou social³.

Ravallion (1992) considera que a pobreza está associada ao facto de, numa determinada sociedade, as pessoas não serem capazes de atingir o nível material e de bem-estar assumido como o mínimo razoável nessa sociedade. Defende assim um estudo da pobreza a partir da renda, que a considera uma boa medida de avaliação de oportunidades de consumo, do que a própria medida de consumo em si.

Apesar da importância do estudo da pobreza a partir da renda, já nos anos 70 a abordagem da pobreza a partir das “necessidades básicas” se tinha popularizado como alternativa à abordagem a partir da renda.

Considerando que as sociedades actuais são cada vez mais de consumo, onde o urbano se ruraliza enquanto o rural se urbaniza, a renda assume-se como a melhor medida de avaliação da pobreza, comparativamente ao consumo, porque indica o potencial dos indivíduos em assegurar o consumo e a sustentabilidade ou não das mudanças nos níveis de pobreza existentes.

Todavia, a opção metodológica do estudo da pobreza a partir da renda levanta um debate teórico inconclusivo.

Na perspectiva do desenvolvimento humano, a pobreza é encarada como uma negação de escolhas e de oportunidades para uma vida mais aceitável (PNUD, 1997). James Speth, no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, considera que a pobreza tem muitas facetas e que é mais do que uma questão de baixa renda, pois, reflecte um problema de educação e saúde escassas, privação de conhecimento e de comunicação, falta de condições para exercer os direitos humanos e políticos, ausência de dignidade, confiança e respeito próprio. Todavia, embora este entendimento reforce a complexidade do fenómeno “pobreza”, consideramos que o mesmo não permite

distinguir o fenómeno em si dos seus efeitos. Por exemplo, a ausência de dignidade, confiança e respeito próprio, será pobreza em si ou resultado do estado de pobreza dos indivíduos? A renda pode condicionar a dignidade, confiança e respeito próprio dos pobres.

Num outro diapasão importa referenciar os estudos que, reconhecendo a complexidade do fenómeno “pobreza”, propõem perspectivas de análise. A este propósito, Laderchi, *et. al.* (2003) defende que a pobreza pode ser tratada em quatro perspectivas. A primeira, como um problema de privação da renda, que significa analisar a incapacidade de custear as necessidades mínimas da vida; segunda, como um problema de “capacidades”, que é a falta de liberdade para funcionar adequadamente na sociedade; terceira, como um problema de vulnerabilidade ou seja a incapacidade de proteger-se do empobrecimento resultante de choques e riscos internos ou externos e, por último, como um problema de poder, assente na falta de voz e de direitos políticos. Estas perspectivas de abordagem constituem um contributo teorico-analítico importante no estudo da pobreza, todavia, trata-se de dimensões que não se excluem completamente, o que torna a análise mais complexa.

Marc Wuyts (2004) sugere duas dicotomias conceptuais no tratamento da pobreza. A primeira: A pobreza como insuficiência de recursos ou como produto de desigualdades sociais e, a segunda: A pobreza como um “estado” em si ou como um processo.

Como insuficiência de recursos significa analisar a pobreza enquanto que um problema de insuficiências que caracteriza os indivíduos de baixa renda e como produto de desigualdades sociais, significa considerar o contexto das desigualdades internas resultantes da interacção social entre as pessoas.

Pobreza como um “estado” em si, significa falta de dinheiro, viver abaixo da linha de pobreza, necessitar de ajuda, ser excluído e não ter poder ou seja pobreza como uma condição específica de vida num dado momento. Finalmente, como um processo significa centrar-se nos processos de empobrecimento existentes numa sociedade.

A proposta de Wuyts (2004) é um outro contributo teórico-analítico valioso no estudo da pobreza, mostrando como a pobreza pode ser tratada a partir de várias ângulos analíticos, dentro dos quais deve ser discutida e entendida sem a pretensão de que um seja

melhor do que outro, mas sim como uma opção metodológica face aos objectivos pretendidos.

Por outro lado, o trabalho de Bradshaw (2006) relembra duas teorias no estudo da pobreza: a “teoria da deficiência individual” e a “teoria social progressiva”.

A chamada “teoria da deficiência individual”, baseada na “teoria cultural ou culturalista”, coloca os indivíduos como responsáveis pela sua condição de pobreza. Segundo esta teoria, os indivíduos são pobres porque criam os seus próprios problemas, pois, com trabalho árduo e melhores escolhas seria possível evitar a pobreza. Assim, a pobreza existe porque os pobres têm fraco incentivo para melhorar as suas condições de vida, sendo necessário despertar esses incentivos para o seu combate. Os mais severos defensores desta teoria consideram que a pobreza resulta da fraca qualidade genética dos indivíduos, responsável pela baixa inteligência. Portanto, esta teoria considera que o problema da pobreza está associado à habilidade e motivação dos indivíduos na sociedade, que pode estimular ou evitar a pobreza. Por conseguinte, considera que a visão económica neoclássica reforça esta teoria ao defender que os indivíduos procuram maximizar a sua sobrevivência fazendo escolhas e investimentos que maximizam o seu bem estar. Assim, opções de menor retorno são da responsabilidade dos próprios indivíduos.

Quanto a “teoria social progressiva”, esta analisa a pobreza como um problema originado por factores de natureza económica, política e social que levam a que as pessoas tenham oportunidades e recursos que condicionam a obtenção da renda necessária para o seu bem-estar. Esta teoria mostra que o problema da pobreza está associado ao sistema estrutural e não aos indivíduos em si, contrariando a “teoria da deficiência individual”, baseada na “teoria cultural” da pobreza.

Apesar do reconhecimento dos estudiosos de que o problema da pobreza está associado a insuficiências, mantém-se o diferendo quanto a tipificação e hierarquização dessas insuficiências, bem como quanto as suas razões. Assim, as políticas de combate a pobreza são determinadas pela forma como ela é encarada, consoante a perspectiva teórica subjacente, consciente ou inconsciente, condicionando o sucesso ou não das intervenções daí resultantes.

No caso de Moçambique, os estudos sobre pobreza podem ser agregados a dois níveis: os que centram a análise da pobreza numa perspectiva económica, que vai desde a análise dos indicadores macro-económicos, crescimento económico, do mercado de trabalho, da economia rural, da produção agrícola e do consumo e despesas dos agregados familiares (Heltberg e Tarp, 2001; Massingarella et al, 2005; Maximiano, *et. al.*, 2005; Vieira, 2005; Bruck e Broeck, 2006), e os que analisam a pobreza na perspectiva de desenvolvimento humano, avaliando o efeito dos níveis educacionais e a dinâmica do acesso a educação, cuidados básicos de saúde, água, etc. (Massuanganhe, 2005; Mate, *et. al.*, 2005).

Neste artigo analisamos a dinâmica da pobreza rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002, a partir da análise da dinâmica da renda rural, avaliando o padrão de mudanças na estrutura da renda.

A relação entre renda e outros determinantes da pobreza, numa perspectiva de desenvolvimento humano, reforça a importância do estudo da renda para o entendimento da pobreza. Quanto mais ampla for a análise da pobreza maior será o entendimento da situação de pobreza no país. Neste sentido, a perspectiva monetária de pobreza, a que considera pobreza como um problema de privação da renda (segundo Laderchi, *et. al.*, 2003), como insuficiência de recursos (na concepção de Wuyts, 2004), bem na linha da chamada “teoria social progressiva da pobreza” (para a qual a pobreza é um problema associado a factores estruturais que limitam a renda necessária para o bem-estar), constitui o fundamento teórico deste trabalho, não por ser o “melhor” mas por ser o que melhor ajusta-se ao problema em estudo.

3. Posse de recursos

Durante o período em análise (1996-2002), os agregados familiares aumentaram o tamanho das suas machambas. Para os agregados familiares mais pobres a área total da sua terra passou de 0.29 ha em 1996 para 0.36 ha em 2002, e para os agregados familiares menos pobres passou de 0.60 ha em 1996 para 0.72 ha em 2002⁴. Contudo, o tamanho da machamba é maior para as famílias de rendimento alto. Por outro lado, a expansão da

área cultivada foi menor na categoria de renda mais alta. Os dados mostram que os mais pobres aumentaram mais as suas áreas cultivadas do que os menos pobres.

Ainda neste período, também aumentou o uso de tracção animal bem como o de insumos nas machambas. De 1996 a 2002, o uso de tracção animal passou de 9% para 18% entre os agregados familiares menos pobres e, de 4% para 12% entre os agregados familiares mais pobres⁵. O uso de fertilizantes químicos passou de 0% para 2% entre os agregados familiares mais pobres e, de 3% para 9% entre os agregados familiares menos pobres⁶. No mesmo período, o uso de estrumes passou de 2% para 5% entre os agregados familiares mais pobres e, de 3% para 10% entre os agregados familiares menos pobres⁷. Embora a percentagem de agregados familiares que usa fertilizantes químicos tenha aumentado, este aumento é muito mais alto entre os agregados familiares menos pobres. O uso de mão-de-obra apenas aumentou para os agregados familiares menos pobres, tendo reduzido em todas as outras categorias. De 1996 a 2002, o uso de mão-de-obra reduziu de 12% para 8% entre os agregados familiares mais pobres e, aumentou de 28% para 36% entre os agregados familiares menos pobres. A venda de mão-de-obra familiar constitui uma fonte de renda fora da machamba e a sua poupança surge como um activo para o incremento da renda dos mais pobres.

Os dados mostraram que os mais pobres participam mais em actividades agrícolas, comparativamente aos menos pobres. É entre os mais pobres que mais se verifica a extensificação, pois, estes são os que mais dependem da renda agrícola.

A posse de recursos e a utilização de técnicas de produção tem implicações directas na capacidade de produção e reprodução da renda no meio rural. Entenda-se renda como todo o ganho resultante do trabalho, podendo ser sob forma de produtos ou monetária.

4. Estrutura da renda

A estrutura da renda permite verificar o peso de cada fonte de renda na renda total, indicando os determinantes da renda total. Analisada numa dimensão temporal, permite igualmente verificar a dinâmica das fontes de renda e o seu impacto na renda total, influenciando os níveis de pobreza local.

A Tabela 1 mostra a estrutura da renda rural do Centro e Norte do país, por tercís de rendimento. Onde o tercil mais baixo corresponde aos mais pobres e o tercil mais alto aos menos pobres.

Tabela 1 – *Estrutura da renda per capita por tercís de rendimento.*

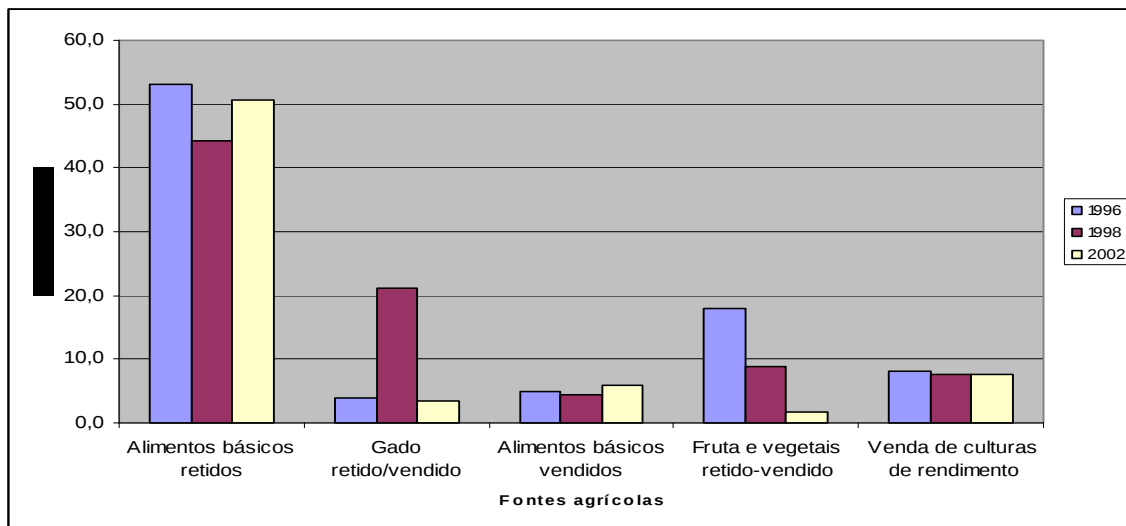
Indicadores	Mais pobres			Pobres medianos			Menos pobres			Centro e Norte de Moçambique		
	1996	1998	2002	1996	1998	2002	1996	1998	2002	1996	1998	2002
% da renda total												
Agrícolas												
Alimentos básicos retidos	69,0	56,9	61,0	51,0	43,5	51,6	39,0	32,0	39,1	53,0	44,3	50,6
Gado retido/vendido	5,0	22,4	7,1	4,0	23,5	1,9	4,0	17,9	1,5	4,0	21,2	3,5
Alimentos básicos vendidos	5,0	2,6	4,7	6,0	5,5	6,4	4,0	6,4	6,2	5,0	4,5	5,8
Fruta e vegetais retido-vendido	8,0	7,6	1,5	22,0	8,7	1,6	23,0	10,0	2,1	18,0	8,9	1,7
Venda de culturas de rendimento	6,0	5,1	7,9	9,0	8,6	7,5	10,0	9,3	7,6	8,0	7,7	7,7
Sub-total nos campos	93,0	94,6	82,2	92,0	89,8	69,0	80,0	75,6	56,5	88,0	86,6	69,3
Não Agrícolas												
Venda líquida de mão-de-obra	3,0	2,3	6,8	0,1	5,0	12,6	1,0	14,8	20,2	2,0	7,4	13,2
Receita líquida das micro-empresas	4,0	3,1	11,0	8,0	5,2	18,4	19,0	9,6	23,4	10,0	6,0	17,6
Sub-total fora dos campos	7,0	5,4	17,8	8,1	10,2	31,0	20,0	24,4	43,6	12,0	13,4	30,8
Porção da receita total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados de 1996 e 1998, MINAG (2004: p. 33); dados de 2002, TIA 2002.

Esta estrutura da renda inclui dois tipos de fontes de rendimento: agrícolas e não agrícolas. Nas fontes agrícolas, incluem-se: culturas alimentares e de rendimento, frutas e vegetais e animais (gado). Nas fontes não agrícolas: a venda de mão-de-obra (salários) e receitas de micro-empresas (actividades por conta própria)⁸.

A estrutura da renda da família média mostra que ao nível de fontes agrícolas, a renda no Centro e Norte do país é dominada por alimentos básicos retidos, conforme indica a Figura 1.

Figura 1 – *Peso relativo das fontes agrícolas na renda média.*



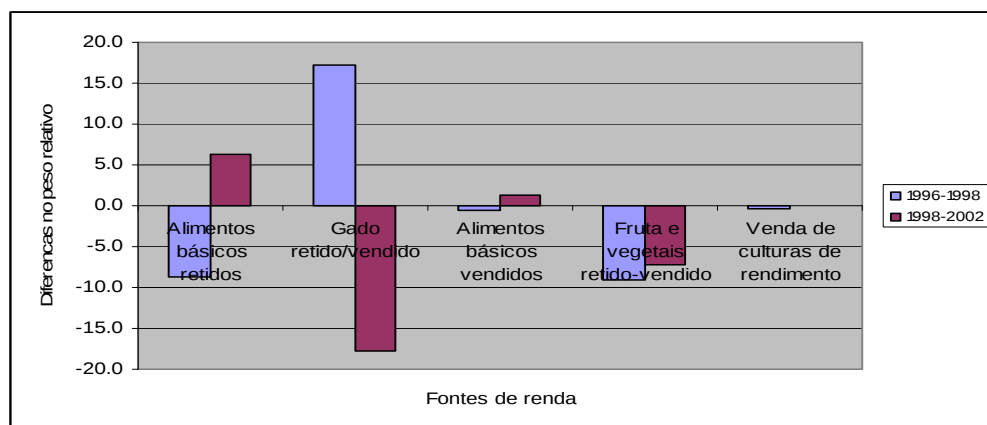
Fonte: Dados da Tabela 1.

Esta situação é similar em todas as categorias de pobreza. Por outro lado, os dados mostram que as fontes agrícolas foram dominantes na renda total, comparativamente as fontes não agrícolas, apesar da sua importância na renda dos menos pobres.

5. Dinâmica da renda

Conforme a Figura 1, no período em análise todas as fontes agrícolas tiveram variações no seu peso relativo na renda da família média.

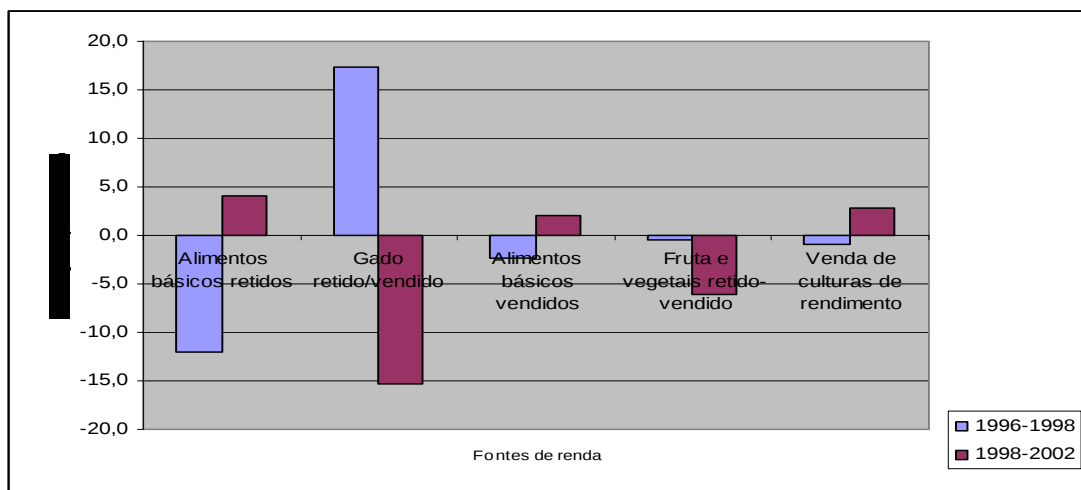
Figura 2 – Mudanças no peso de cada fonte agrícola, na família média.



Fonte: Dados da Tabela 1.

Com a exceção do comportamento da venda de culturas de rendimento, a tendência de mudanças verificadas nas fontes agrícolas dos mais pobres é similar às mudanças verificadas ao nível da renda da família média da região. Ao nível da renda da família média, a venda de culturas de rendimento não teve variação no seu peso relativo, enquanto que o mesmo não sucedeu em relação a renda dos mais pobres.

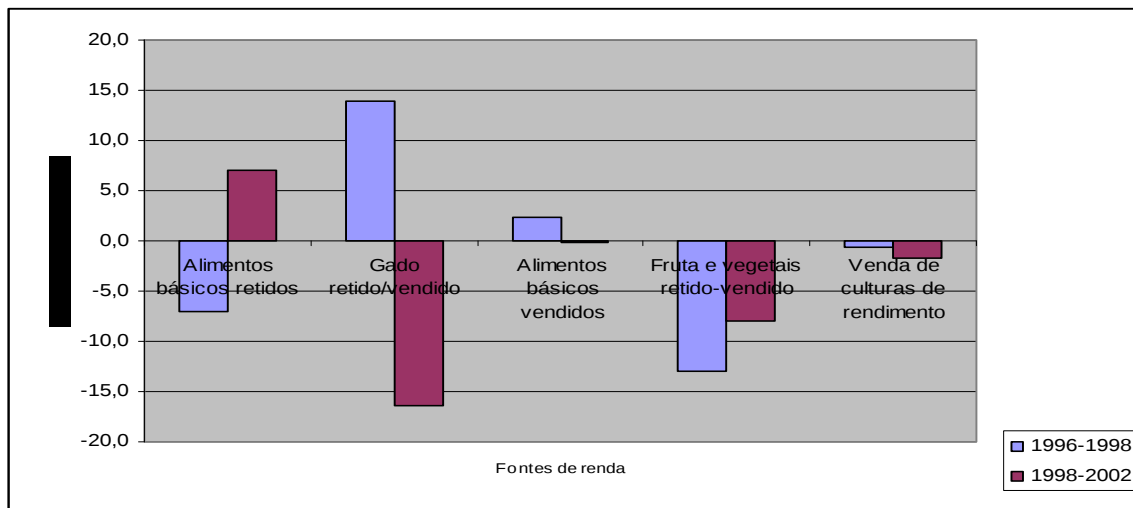
Figura 3 - Mudanças no peso relativo de fontes agrícolas dos mais pobres.



Fonte: Dados da Tabela 1.

Quanto ao menos pobres, no geral o comportamento das fontes agrícolas foi igual ao da renda da família média e dos mais pobres, quanto a variações nas fontes de rendimento, como indica a Figura 4.

Figura 4 - Mudanças no peso relativo de fontes agrícolas dos menos pobres.

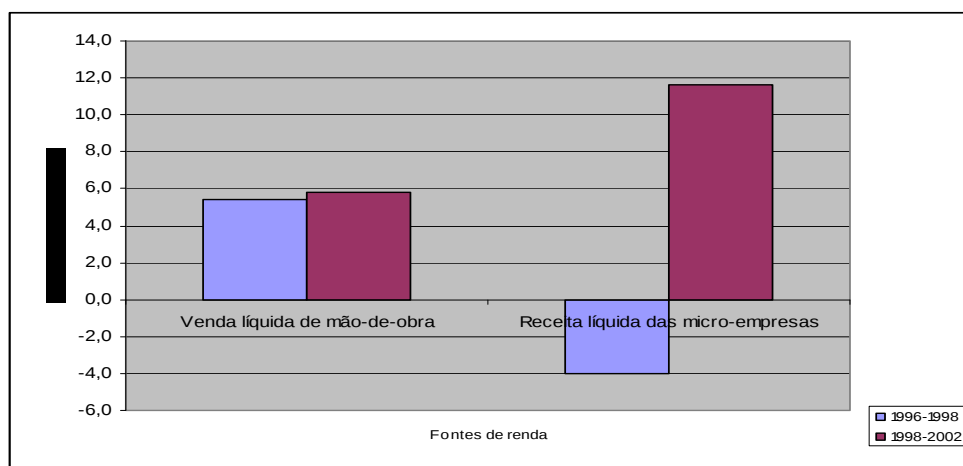


NB: Dados da Tabela 1.

Ao nível das fontes de renda não agrícolas, conforme a Figura 5, a maior variação foi em relação a receitas líquidas das micro-empresas, que em 1998, teve uma variação negativa no peso relativo da renda da região. Porém, em 2002, há uma recuperação desta fonte, com uma variação positiva. Esta variação significa que esta fonte aumentou a sua importância na renda da família média.

A venda líquida de mão-de-obra teve a mesma tendência de mudança, aumentando o seu peso na renda.

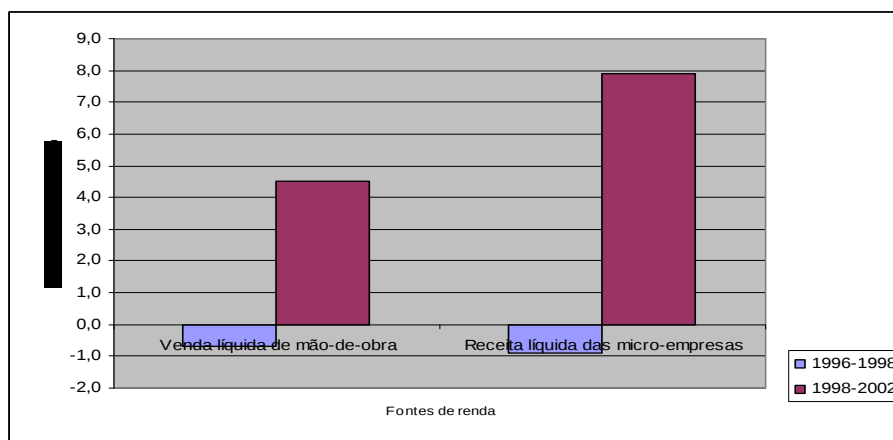
Figura 5 – Mudanças no peso de cada fonte não agrícola, na família média.



NB: Dados da Tabela 1.

Comparativamente aos mais pobres, os dados mostram que em 2002 houve uma recuperação da importância das fontes não agrícolas na renda dos mais pobres. As duas fontes de renda não agrícolas tiveram a mesma tendência de mudanças. Porém, o peso das receitas líquidas das micro-empresas cresceu relativamente mais do que o da venda líquida de mão-de-obra na renda dos mais pobres, conforme a Figura 3.

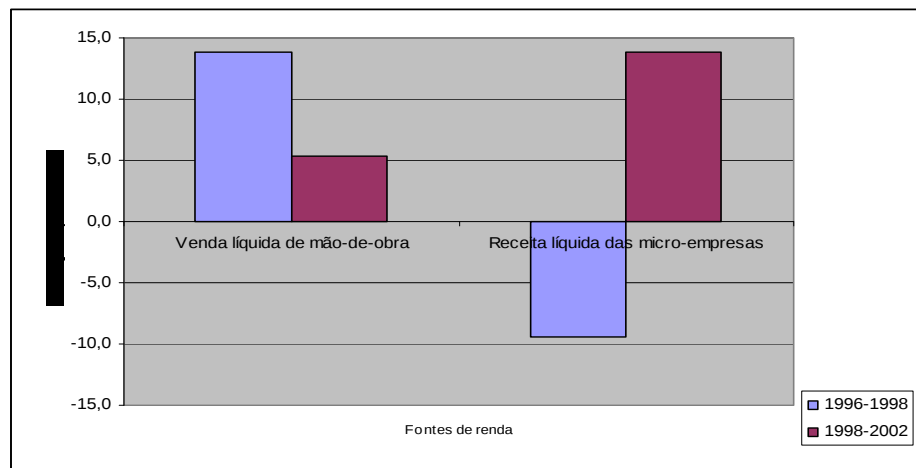
Figura 6 - Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos mais pobres.



NB: Dados da Tabela 1.

Ao nível dos menos pobres, tal como indica a Figura 4, também houve variações no peso relativo das fontes não agrícolas mas com tendência diferente. A venda líquida de mão-de-obra manteve uma variação positiva, variando o nível de mudança, enquanto que a venda líquida das micro-empresas teve uma variação negativa em 1998. Esta fonte registou uma recuperação em 2002.

Figura 7 - Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos menos pobres.



NB: Dados da Tabela 2.

O comportamento das receitas líquidas das micro-empresas foi similar em todas as categorias de pobreza e foi a fonte com maiores variações.

6. Situação da pobreza

Com base nos dados e conclusões sobre a dinâmica e o padrão de mudanças na estrutura da renda rural do Centro e Norte do país, tendo em conta a teoria monetária da pobreza assente no estudo da renda, qual terá sido a dinâmica da pobreza rural nesta região do país, de 1996 a 2002?

Ora, a insuficiência da renda aumenta a possibilidade de permanência na pobreza. Assim, o crescimento da renda indica melhoria nos níveis de pobreza.

Os dados mostraram que os menos pobres são os que melhoraram mais a sua situação relativamente aos mais pobres. A análise da dinâmica da estrutura da renda

indica que embora a renda tenha crescido em todas as categorias de pobreza, esta cresceu mais entre os menos pobres, que apresentam maior peso de fontes não agrícolas na sua estrutura de rendimento.

A dependência à fontes agrícolas, no contexto actual da agricultura em Moçambique (vulnerável aos choques climáticos -chuvas/secas- frequentes na região e com um fraco desenvolvimento dos mercados agrícolas), aumenta a vulnerabilidade à a pobreza, especialmente entre os mais pobres, fortemente dependentes da renda agrícola.

7. Considerações finais

A análise da dinâmica da renda rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002, mostrou que ao longo do período em estudo houve mudanças na estrutura da renda, quer ao nível do peso relativo das fontes na renda total como ao nível da tendência da renda.

A dinâmica da renda rural sugere que a melhoria da situação de pobreza na região poderá ter reduzido a pobreza absoluta, mas, aumentou a pobreza relativa. Esta situação nota-se pela maior dependência dos mais pobres às fontes agrícolas e, sobretudo, em relação aos alimentos básicos retidos (significando que a maior produção é dedicada ao auto-consumo), enquanto que os menos pobres tem um peso relativamente maior na diversificação das suas fontes de renda, onde as fontes não agrícolas são determinantes, complementando as falhas de obtenção de renda na base de fontes agrícolas.

Numa perspectiva de renda, a redução da pobreza implica a adopção de mecanismos que permitam que os pobres possam sair, por si próprios, da pobreza ou seja, mecanismos que permitam o alargar da sua renda. Por conseguinte, o combate a pobreza passa pelo aumento de oportunidades de geração da renda para os mais pobres.

A análise mostra que:

(a) De 1996 a 2002, as possibilidades de obtenção de renda aumentaram em todas as categorias de pobreza, contribuindo para a melhoria da situação, mas foi mais favorável para os menos pobres;

(b) A vulnerabilidade dos mais pobres à pobreza é ainda maior pela sua dependência à fontes agrícolas, ainda fráguas nas condições actuais da prática agrícola no país;

(c) A melhoria das condições de pobreza rural no Centro e Norte do país depende do desenvolvimento do sector agrícola, com a melhoria dos mercados agrícolas e da produtividade para alargar a renda, especialmente a renda dos mais pobres;

(d) O desenvolvimento do sector agrícola poderá criar condições para o surgimento de outras actividades não agrícolas, capazes de alargar as possibilidades de obtenção da renda não agrícola, reduzindo, deste modo, a vulnerabilidade dos mais pobres.

8. Bibliografia

Bradshaw, Ted K. (2006). “Theories of poverty and anti-poverty programs in community development”. *Working Paper Series*, nº 06-05, Rural Poverty Research Center (RUPRI), February, pp. 1 - 21.

Buck, Tilman e Broeck, K. Van Den (2006). “Growth, employment and poverty in Mozambique”. *Discussion Paper* nº 21, *Ministério de Planificação e Desenvolvimento*, Janeiro, pp. 1 – 64.

Laderchi, Caterina, *et. al.* (2003). Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *Oxford Development Studies*, vol. 31, September.

Massingarella, Cláudio, *et. al.* (2005). “Mercados rurais de emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambázia”. *Discussion Paper*, nº 31P, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Dezembro, pp. 1 – 94.

Massuanganhe, Israel J. (2005). “Modelling PRSP II and poverty reduction in Mozambique local development: Econometric analysis of factors determining Millennium Development Goals by 2015”. *Working Paper*, nº 6, UNDP/UNCDF Mozambique, November, pp. 1 – 24.

Mate, Alexandre, *et. al.* (2005). “Relatório final do estudo qualitativo sobre a pobreza: Casos das províncias de Inhambane e Sofala”. *Discussion Papers*, nº

- 23P, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Novembro, pp. 1 - 114.
- Maximiano, N. L. B.; Arndt, C. e Simler, K. R. (2005). Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique? Ministério do Plano e Desenvolvimento, Março. In:
<http://1.1.1.1/379947716/370831424T070118164218.txt.binXMysM0dapplication/pdfXsysM0dhttp://www.op.gov.mz/documentos/Determinantes%20da%20Pobreza%20em%20Mocambique.pdf>, 27-07-2006.
- MINAG/MSU (2005). Análise do crescimento do rendimento dos agregados familiares rurais em Moçambique, 1996-2002: Implicações para o desenvolvimento agrário no contexto do ProagriII e PARPAII, Julho. In:
[http://www.aec.msn.edu/agecon/fs2/mozambique/policypres/Mozambique_Rural_House_Income_Growth_1996-2002_\(port\).pdf](http://www.aec.msn.edu/agecon/fs2/mozambique/policypres/Mozambique_Rural_House_Income_Growth_1996-2002_(port).pdf). Visitado em 13-03-2006.
- PNUD (1997). *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- Ravallion, Martin (1992). Poverty comparisons: A guid to concepts and methods. *Living Standards Reasurement Study Working Paper*, nº 88, The World Bank, Feberuary.
- Schwartman, Simon (1997). “Estatísticas da pobreza”. *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 58, nº 209, Janeiro/Junho, pp. 7 - 18.
- Wuyts, M. (2004). “Sorting out conceptions of poverty”. *Tanzania diploma in poverty Analysis*, conceptualising poverty, September.
- Vieira, Sérgio P. (2005). Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza: Análise da situação em Moçambique. *Documento de Trabalho*, nº 68, Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (CESA).

¹ Inquérito aos Agregados Familiares sobre rendimento (IAF) de 2002/03.

² Schwartman, 1997.

³ A propósito destas duas teorias, veja: “Poverty: its definition and measurement”, in:
http://www.sociologyonline.co.uk/soc_essays/Poverty.htm, visitado em 16-05-2006.

⁴ MINAG/MSU, 2005, p.20

⁵ Ibidem

⁶ Ibidem

⁷ Ibidem

⁸ As transferências têm sido consideradas como fontes de renda. Nesta análise não as consideramos como tal. As transferências são um mecanismo de supressão de deficiências na obtenção da renda, cujas redes sociais que as sustentam importa investigar. Elas ocultam a real situação dos pobres, uma vez que dão uma imagem de consumo ou despesas não realístico por ocultar a fragilidade e vulnerabilidade dos pobres. Por outro lado, as transferências aprofundam a dependência dos mais pobres. Ainda sobre transferências, embora num outro contexto, um estudo de Ferreira (2005) sobre a dinâmica de rendimentos em Portugal, revelou que o total das transferências, especialmente as provenientes de pensões, possibilitou a redução do risco de pobreza em 17%. Neste estudo, as pensões representam 13% do total de transferências. Em Moçambique o peso das transferências oficiais como pensões diversas é mínimo, sobretudo nas zonas rurais. Isto mostra que grande parte das transferências não são oficiais (pensões), mas sim provenientes de redes sociais de apoio. Esta situação faz desta fonte de rendimento não apropriada para o entendimento da pobreza dos agregados familiares no país, porque inflaciona a visão da pobreza quer na perspectiva de consumo e despesas realizadas ou de renda.



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz